

ÍNDICE ANALÍTICO

DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA

CAPÍTULO LXXIX

SENTENÇA

709. Atos do juiz	3
710. Classificação das decisões	4
711. Conceito de sentença definitiva	9
712. Formação da sentença	9
713. Natureza jurídica da sentença	10
714. Função da sentença	11

CAPÍTULO LXXX

REQUISITOS DA SENTENÇA

715. Requisitos da sentença	15
716. Requisitos quanto à estrutura	16
717. Relatório	16
718. Motivação	17
719. Dispositivo da sentença	20
720. Requisitos das sentenças terminativas, quanto à estrutura	21
721. Requisitos quanto à inteligência do ato	21
722. Clareza	21
723. Sentença precisa	22
724. Fatos supervenientes à propositura da ação	24
725. Publicação e intimação da sentença	25
726. Efeito da publicação	26
727. Correção e integração da sentença	27

CAPÍTULO LXXXI
EFEITOS DA SENTENÇA

728. Efeitos da sentença de mérito	29
729. Sentenças meramente declaratórias	30
730. Sentenças condenatórias	32
731. Sentenças constitutivas	33
732. Efeitos secundários da sentença	34
733. Hipoteca judiciária	35

CAPÍTULO LXXXII
TUTELA ESPECÍFICA

734. Noções introdutórias	39
735. Objeto	40
736. Instrumentos	40
737. Requisitos	41

CAPÍTULO LXXXIII
COISA JULGADA

I

738. Recorribilidade da sentença	43
739. Natureza jurídica da sentença sujeita a recurso	44
740. Coisa julgada	46
741. Coisa julgada formal	47
742. Coisa julgada material	48

II

743. Justificação da autoridade da coisa julgada	49
744. Fundamento de ordem política	49
745. Fundamento de natureza jurídica	49
746. Teoria da presunção da verdade	50
747. Teoria da ficção da verdade	50
748. Teoria da força legal, substancial, da sentença	51
749. Teoria da eficácia da declaração	51

VI

750. Teoria da extinção da obrigação jurisdicional	52
751. Teoria da vontade do Estado	53
752. Teoria de CARNELUTTI	53
753. Teoria de LIEBMAN	54
754. A coisa julgada no direito brasileiro	56

III

755. Sentenças que produzem coisa julgada	57
756. Decisões que não produzem coisa julgada	57
757. Sentenças referentes a relações jurídicas continuativas	59
758. Preclusão e coisa julgada	60

CAPÍTULO LXXXIV

LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA

759. O problema	63
760. O art. 468 do Código de Processo Civil	64
761. Pedido, sentença e coisa julgada	66
762. Partes da sentença que não fazem coisa julgada	66
763. Motivação da sentença e coisa julgada	67
764. A verdade dos fatos e a coisa julgada	68
765. Decisões de questões prejudiciais	69

CAPÍTULO LXXXV

LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA

766. O problema	71
767. Doutrina romana	72
768. Princípio fundamental	73
769. Extensão subjetiva dos efeitos da sentença	73
770. Teoria dos efeitos reflexos da coisa julgada	74
771. Teoria de LIEBMAN	76
772. Limites subjetivos da coisa julgada conforme o Código	78
773. A coisa julgada nas ações de estado	78

DOS RECURSOS

CAPÍTULO LXXXVI

RECURSOS

I

774. Impugnação das decisões	82
775. Conceito de recurso	83
776. Breve histórico dos recursos	84
777. Princípio do duplo grau de jurisdição	85
778. Da legitimação e do interesse	86

II

779. Pressupostos do recurso	87
780. Recorribilidade do ato decisório	87
781. Tempestividade do recurso	88
782. Singularidade do recurso	90
783. Adequação do recurso	90
784. Preparo do recurso	91
785. Pressuposto subjetivo dos recursos	92
786. Recurso de terceiro prejudicado	95

III

787. Recurso em caso de litisconsórcio	96
788. Desistência de recurso	99
789. Efeitos dos recursos	100
790. Caráter do julgamento do recurso	101

IV

791. Recursos no processo civil	103
792. Do chamado “recurso de ofício”	103
793. Recurso adesivo	104
794. Classificação dos recursos	105

VIII

CAPÍTULO LXXXVII

APELAÇÃO

I

795. Conceito de apelação	108
796. Breve histórico da apelação	110
797. Sentenças apeláveis	110
798. Efeitos da apelação	111
799. Espécies de apelação	114
800. Apelação plena	114
801. Apelação parcial	115
802. <i>Reformatio in peius</i>	115
803. Fatos novos na apelação	117
804. Apelação contra sentença terminativa.....	118
805. Consequências dos efeitos da apelação	119

II

806. Interposição da apelação	120
807. Prazo	121
808. Despacho de recebimento	122
809. Prazo para resposta do apelado	122
810. Despesas de preparo	123
811. Deserção da apelação e sua relevação	123
812. Despacho de remessa	123

III

813. Procedimento no juízo de segundo grau	124
814. Julgamento da apelação	125
815. Apelação na Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830, de 22-9-1980)	127

CAPÍTULO LXXXVIII

AGRAVO

I

816. Breve histórico	130
----------------------------	-----

817. Conceito de agravo	133
818. Modalidades de agravo	134

II

819. Do agravo retido	135
820. Juízo de retratação no agravo retido	136

III

821. Do agravo de instrumento	136
822. Do procedimento do agravo de instrumento	137
823. Dos efeitos do agravo de instrumento	141
824. Juízo de retratação no agravo de instrumento	141

IV

825. Do agravo	142
----------------------	-----

CAPÍTULO LXXXIX

EMBARGOS

I

826. Noções introdutórias	146
827. Breve histórico	147
828. Espécies de embargos	148

II

829. Embargos infringentes	148
830. Pressupostos dos embargos infringentes	149
831. A retratação e o juízo competente nos embargos infringentes	150
832. Efeitos dos embargos infringentes	151
833. Procedimento dos embargos infringentes	152

III

834. Embargos de declaração	154
835. Procedimento dos embargos de declaração	156

X

CAPÍTULO XC
RECURSO EXTRAORDINÁRIO

I

836. Autoridade e unidade do direito nacional	157
836-A. Súmula vinculante	159
837. Evolução do recurso extraordinário	162
838. A denominação do recurso	168
839. Pressupostos constitucionais do recurso extraordinário	168
840. Cabimento do recurso extraordinário	170
841. Pressupostos jurisprudenciais do recurso extraordinário	172
842. Função do recurso extraordinário	175
843. Natureza jurídica do recurso extraordinário	176

II

844. Do procedimento do recurso extraordinário no juízo <i>a quo</i>	176
845. Efeito do recurso extraordinário	179
846. Do procedimento do recurso extraordinário no juízo <i>ad quem</i>	179

CAPÍTULO XCI
RECURSO ESPECIAL

I

847. Noções introdutórias	183
848. Pressupostos constitucionais e jurisprudenciais do recurso especial	185
849. Cabimento do recurso especial	189
850. Função, natureza jurídica e procedimento do recurso especial	192

II

851. Do procedimento do recurso especial no juízo <i>a quo</i>	193
852. Do procedimento do recurso especial no juízo <i>ad quem</i>	196
852-A. Procedimento e julgamento do recurso especial	196
852-B. Procedimento e julgamento do recurso especial repetitivo	198

853. Efeito do recurso especial	199
---------------------------------------	-----

CAPÍTULO XCII

RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, RECURSO ORDINÁRIO E RECURSOS REGIMENTAIS

I

854. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	201
855. Recurso ordinário	202
856. Recurso ordinário em mandado de segurança	203
857. Recurso ordinário em mandado de injunção	204
858. Recurso ordinário em <i>habeas data</i>	205
859. Recurso ordinário em causas internacionais	205

II

860. Do agravo de instrumento	206
-------------------------------------	-----

III

861. Recursos regimentais	208
862. Dos embargos: de divergência e infringentes	209
863. Embargos de declaração	212
864. Do agravo regimental	213

CAPÍTULO XCIII

DO RECURSO ADESIVO

865. Noção de recurso adesivo	215
866. Cabimento do recurso adesivo	216
867. Pressupostos de admissibilidade	217
868. Procedimento do recurso adesivo	218
869. Do julgamento do recurso adesivo	219

XII

CAPÍTULO XCIV

LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA

870. Conceito de liquidação	221
871. Natureza e finalidade da liquidação.....	223
872. Espécies de liquidação	224

CAPÍTULO XCV

DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

873. Noção do cumprimento da sentença.....	229
874. Do cumprimento da sentença de obrigação não pecuniária.....	231
875. Do cumprimento da sentença de obrigação pecuniária.....	232

DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

CAPÍTULO XCVI

DA EXECUÇÃO

I

876. Noção de execução	241
877. Evolução histórica da execução	244

II

878. Ação de execução	248
879. Do interesse de agir na execução	249
880. Processo de execução	251
881. Autonomia do processo de execução	252

III

882. Pressuposto específico da execução	252
883. Título executivo	252
884. Títulos executivos judiciais	253
885. Títulos executivos extrajudiciais	253
886. Título líquido, certo e exigível	254
887. Objeto da execução	255
888. Espécies de execução	256
889. Processo de execução e tipos de procedimento	257

XIII

CAPÍTULO XCVII

JUÍZO E PARTES NA EXECUÇÃO

I

890. Pressuposto da competência do juiz	262
891. Juízo competente nas execuções fundadas em título judicial	262
892. Juízo competente para execução fundada em sentença penal condenatória	264
893. Juízo competente na execução fundada em título extrajudicial	264
894. Juízo competente nas execuções fiscais	265
895. Determinação e cumprimento dos atos executivos	266

II

896. Das condições da ação de execução	266
897. Legitimação ativa	267
898. Legitimação ativa superveniente	268
899. Ainda sobre legitimação ativa	269
900. Legitimação passiva	270

CAPÍTULO XCVIII

RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

I

901. Responsabilidade patrimonial	275
902. Responsabilidade executória secundária	277
903. Responsabilidade executória do exequente	280

II

904. Fraude de execução	280
905. Casos de fraude de execução	282

CAPÍTULO XCIX

NORMAS COMUNS ÀS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

906. Das diversas espécies de execução	285
907. A execução como instrumento do interesse do credor	286

XIV

908. Poderes e deveres do juiz no processo de execução	287
909. Ordem a seguir no estudo das várias espécies de execução	291

CAPÍTULO C

EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE

I

910. Noções gerais	293
911. Do procedimento da execução por quantia certa contra devedor solvente e suas fases	295
912. Petição inicial	296
913. Mandado executivo	296
914. Citação do devedor	298

II

915. Execução contra a Fazenda Pública	299
--	-----

III

916. Observações sobre a execução de prestação alimentícia	302
917. Prestação alimentícia incluída como indenização por ato ilícito	303
918. Procedimento da execução de prestação alimentícia	304
919. Procedimento da execução de alimentos provisionais	305
920. Da medida coativa da prisão do devedor	305

CAPÍTULO CI

DA PENHORA

I

921. Noções introdutórias	309
922. Natureza jurídica da penhora	310
923. Objeto da penhora	313
924. Efeitos da penhora	314
925. Bens impenhoráveis	314

II

926. Indicação de bens à penhora	318
927. Indicação de bens pelo credor	321

928. Penhora pelo oficial de justiça	321
929. Penhora eletrônica.....	323
930. Do auto de penhora e do depósito	325
931. Da penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais	325
932. Penhora de empresas e outros estabelecimentos	329
933. Modificações da penhora	330
934. Renovação de penhora	331
935. Direito de preferência e intercorrência de penhoras	332

III

936. Depósito dos bens	334
937. Do depositário	335
938. Do depositário e administrador de empresas e outros estabelecimentos	337

CAPÍTULO CII

DA AVALIAÇÃO

939. Noções introdutórias	339
940. Procedimento	340

CAPÍTULO CIII

DA EXPROPRIAÇÃO

I

941. Noções introdutórias	343
---------------------------------	-----

II

942. Da adjudicação.....	346
943. Pressupostos da adjudicação.....	347
944. Unidade ou pluralidade de pretendentes à adjudicação	347
945. Carta de adjudicação.....	348

III

946. Da alienação por iniciativa particular	349
---	-----

IV

947. Da arrematação — natureza jurídica	350
---	-----

XVI

948. Conceito de arrematação.....	352
949. Procedimento da arrematação.....	352
950. Edital de hasta pública.....	353
951. Outros atos preparatórios da arrematação.....	355
952. Modalidades de arrematação.....	357
953. Formalidades da arrematação.....	359
954. Algumas normas especiais concernentes à arrematação de imóvel.....	362
955. Desfazimento da arrematação.....	364
956. Carta de arrematação.....	366
957. Efeitos da arrematação.....	367
958. Da evicção da coisa arrematada.....	367

CAPÍTULO CIV

DO PAGAMENTO DO CREDOR

I

959. Do pagamento ao credor.....	369
----------------------------------	-----

II

960. Da entrega do dinheiro.....	371
----------------------------------	-----

III

961. Usufruto judicial de móvel ou imóvel.....	373
962. Da sentença constitutiva do usufruto.....	375
963. Do usufruto judicial de imóvel.....	376
964. Do “usufruto judicial de empresa”.....	377

CAPÍTULO CV

DA EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA

I

965. Noções introdutórias.....	379
--------------------------------	-----

II

966. Execução para entrega de coisa certa.....	381
967. Procedimento da execução para a entrega de coisa certa.....	382

968. Alienação da coisa em fraude de execução	385
969. Execução pela obrigação subsidiária	386
970. Retenção por benfeitorias	387

III

971. Da execução para entrega de coisa incerta	387
972. Procedimento da execução para entrega de coisa incerta	388

CAPÍTULO CVI

EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER

I

973. Noções introdutórias	391
---------------------------------	-----

II

974. Prestações positivas	395
975. Execução de prestação positiva	395
976. Execução de prestação positiva fungível	397
977. Execução específica de prestação positiva fungível	398
978. Execução de prestações positivas infungíveis	400

III

979. Da “execução” de prestar declaração de vontade. Generalidades	401
980. Dos efeitos e da natureza da sentença que emite declaração de vontade	403
981. Problemas referentes à declaração de vontade por sentença	405

IV

982. Execução das obrigações de não fazer	406
983. Procedimento da execução das obrigações de não fazer	407

V

984. Medidas coercitivas	409
985. Do procedimento na aplicação da medida coercitiva	410

XVIII

CAPÍTULO CVII
DOS EMBARGOS DO DEVEDOR

986. Dos embargos do devedor	413
987. Da natureza jurídica dos embargos do devedor	416
988. Da legitimação para embargar	417
989. Da competência nos embargos do devedor	418
990. Classificação dos embargos do devedor	420
991. A suspensividade dos embargos	420
992. Matéria dos embargos	421
993. Embargos parciais ou integrais	423
994. Estrutura do processo dos embargos do devedor	424
995. Procedimento dos embargos do devedor	425

CAPÍTULO CVIII
DA EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

I

996. Da execução contra devedor insolvente	430
997. Insolvência	432
998. Das condições da ação de execução contra devedor insolvente	433

II

999. Declaração de insolvência	435
1.000. Procedimento da declaração de insolvência requerida pelo credor..	439
1.001. Procedimento da declaração requerida pelo devedor ou seu es- pólio	443
1.002. Da sentença	445
1.003. Efeitos da sentença	446

III

1.004. Princípio que informa a execução concursal	448
---	-----

IV

1.005. Instauração do concurso universal	451
1.006. Do administrador, atribuições, deveres e direitos	451
1.007. Da arrecadação dos bens do devedor	453
1.008. Convocação e habilitação dos credores	454
1.009. Litisconsórcio concursal	455

1.010.Relação processual no concurso universal	457
--	-----

V

1.011.Da verificação e classificação dos créditos	457
1.012.Do procedimento quando não haja impugnação	457
1.013.Do procedimento quando haja impugnação	459
1.014.Concordata civil	461
1.015.Pensão ao devedor	462

VI

1.016.Alienação dos bens da massa	462
1.017.Do pagamento dos credores	463
1.018.Credores retardatários	463
1.019.Do saldo devedor	465

VII

1.020.Prescrição das obrigações do devedor insolvente	466
1.021.Extinção das obrigações	467
1.022.Da ação de extinção das obrigações e seu respectivo procedi- mento	468
1.023.Efeitos da sentença da ação de extinção de obrigações	469

CAPÍTULO CIX

DA REMIÇÃO

1.024.Conceito de remição	471
1.025.Remição da execução	473

CAPÍTULO CX

DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

I

1.026. Suspensão da execução	475
1.027. Suspensão obrigatória do processo de execução	476
1.028. Suspensão da execução provisória	478
1.029. Efeitos da suspensão do processo de execução	479

XX

II

1.030. Da extinção do processo de execução	479
1.031. Extinção da execução por satisfação do direito do credor	480
1.032. Sentença declaratória da extinção da lide	481
1.033. Outros atos extintivos do processo de execução	481